



**DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

CONCURSO PÚBLICO

1. PROVA PREAMBULAR OBJETIVA

DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 100 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ PREENCHA COM SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO OS ESPAÇOS INDICADOS NA CAPA DESTE CADERNO
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 5 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DO INÍCIO DA PROVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Número de inscrição _____

01. José e Maria transferiram o domínio de um terreno à Construtora X por meio de escritura pública, livre e desembaraçado de quaisquer ônus. A construtora, a fim de garantir o financiamento da construção do edifício projetado sobre o terreno, para fins não residenciais, deu o imóvel em garantia ao Banco Y, que liberaria o ônus, assim que quitado o empréstimo. Para o pagamento do terreno, José e Maria receberiam 4 unidades a serem construídas, sendo que ao final, receberam as unidades hipotecadas, em virtude de que a construtora não quitou o débito com o banco. Diante desse fato, indique a alternativa correta.

- (A) É possível a execução da hipoteca, em razão da inadimplência da construtora.
- (B) A hipoteca, mesmo posterior, não tem eficácia perante a permuta havida.
- (C) O ônus hipotecário abrange somente o terreno e não as unidades construídas.
- (D) A hipoteca não poderá ser extinta, ainda que haja remição do devedor.

02. No tocante à teoria do abuso do direito, na forma consagrada no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Exige-se o elemento culposo para a caracterização de um ato de abuso, traduzido no interesse.
- (B) A ilicitude de um ato não pode ser condicionada ao seu objeto, ou seja, ao efeito material e jurídico.
- (C) Caracteriza-se por uma observação objetiva da conduta que excede os limites impostos na forma da lei.
- (D) Não há dano lícito, em nenhuma hipótese que se observe a prática de um ato contrário ao direito.

03. Indique a alternativa correta.

- (A) A invalidade do instrumento induz a do negócio jurídico, mesmo que se possa provar sua existência, por outro meio lícito.
- (B) Ninguém pode reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz, se não provar que reverteu em proveito dele a importância paga.
- (C) Quando a lei dispuser que um ato é anulável, sem estabelecer prazo para a anulação, será de quatro anos, a contar da conclusão do ato.
- (D) Além dos casos expressamente declarados em lei, é anulável o negócio jurídico por incapacidade absoluta do agente.

04. Considere as assertivas a seguir:

- I. A exigência de cláusula penal moratória depende da utilidade do cumprimento atrasado da obrigação e exclui a pretensão ao adimplemento.
- II. A exigência de cláusula penal compensatória exclui a pretensão ao adimplemento ou à indenização por perdas e danos.
- III. Com a cláusula penal compensatória, o credor é ressarcido pelas perdas e danos decorrentes do descumprimento da obrigação e a estipulação é como uma pré-fixação desses prejuízos.
- IV. A cláusula penal moratória é estabelecida apenas para o caso de inadimplemento completo da obrigação.

É correto o que se afirma apenas em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.

05. O proprietário de prédio superior pretende obrigar que o dono do prédio inferior suporte o escoamento das águas fluviais e de seu esgoto, uma vez que não há coleta de esgoto disponível para o imóvel superior. Em razão desse fato, aponte a alternativa correta.

- (A) O imóvel inferior deverá suportar o escoamento das águas que correm naturalmente, mas não do esgoto.
- (B) O imóvel inferior deverá suportar o escoamento das águas fluviais e da passagem do esgoto.
- (C) Não se poderá exigir do proprietário superior outra solução para o problema, uma vez que a situação decorre da lei da gravidade.
- (D) O proprietário do imóvel superior não deverá indenizar pelo fato, uma vez que o imóvel inferior deve suportar o ônus.

06. Assinale a alternativa correta.

- (A) O doador não pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, exceto se se tratar de todos os seus bens.
- (B) É possível, no contrato de doação, cláusula de reversão em favor de terceiro, com a morte do doador.
- (C) Com a cláusula de reversão, se o doador falecer antes do donatário, com a morte deste, os bens passam aos herdeiros do doador.
- (D) O doador pode estipular que os bens doados voltem para seu patrimônio, se sobreviver ao donatário.

07. Marta adquiriu de Joana, herdeira de José, e que apresenta distúrbio psíquico incapacitante, um imóvel, por meio de escritura pública de cessão de direitos hereditários, em 17 de janeiro de 1995. Joana foi declarada totalmente incapaz somente em 12 de agosto de 2008. Diante desse fato, aponte a alternativa correta.

- (A) Está prescrito o direito de Joana, representada por seu procurador, requerer a anulação do negócio jurídico, uma vez que não era incapaz na ocasião do negócio, por não estar interdita.
- (B) Não prescreveu o direito de Joana, por seu procurador, requerer a anulação do negócio jurídico, pois não corre prescrição contra incapazes, mesmo não tendo sido declarada incapaz.
- (C) Está prescrito o direito de Joana, representada por seu procurador, requerer a declaração de nulidade do negócio jurídico, pois não era incapaz na ocasião do negócio.
- (D) Não prescreveu o direito de Joana, por seu procurador, requerer a nulidade do negócio jurídico, pois não corre prescrição contra incapazes, não convalescendo pelo decurso do tempo.

08. Considere as seguintes assertivas:

- I. Transmite-se aos herdeiros do devedor, nos limites da herança, a obrigação de prestar alimentos à ex-companheira.
- II. Quem deixa de pagar débito alimentar decorrente de ato ilícito não está sujeito à prisão civil.
- III. A diferença de causa nas dívidas não impede a compensação se uma se originar em alimentos.
- IV. Não pode o credor deixar de exercer, porém lhe é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito insuscetível de cessão, compensação ou penhora.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e III.

09. No que diz respeito ao regime de bens, indique a alternativa correta.

- (A) No regime de comunhão universal, estão excluídos os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizada a condição suspensiva.
- (B) No regime da comunhão parcial de bens, não se excluem os adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares.
- (C) Não entram na comunhão, no regime de comunhão parcial, os frutos dos bens particulares percebidos na constância do casamento, ou pendentes ao tempo de cessar a união.
- (D) É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública e anulável se não lhe seguir o casamento com o regime de bens estabelecido no instrumento público.

10. Indique a alternativa correta.

- (A) Na inseminação heteróloga, a paternidade se presume, mesmo sem a apresentação da autorização do marido, uma vez que a paternidade corresponde à paternidade de intenção.
- (B) Na inseminação heteróloga, inexistindo o consentimento do marido, com sua recusa no reconhecimento da paternidade, ensejará na impossibilidade do reconhecimento judicial.
- (C) A utilização dos embriões excedentários, após a morte do marido, apenas poderá ocorrer naqueles havidos nos 300 (trezentos) dias subseqüentes à referida morte.
- (D) O filho concebido por meio da inseminação homóloga tem direito a conhecer sua ascendência genética de forma ampla e irrestrita, ainda sem autorização do marido.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. Em relação à competência: Regem-se pela Organização Judiciária

- (A) a competência funcional dos juízes de primeiro grau.
- (B) a competência em razão do valor e da matéria.
- (C) a competência dos tribunais, exclusivamente.
- (D) a competência em razão do valor e da matéria, em conjunto com a Constituição Federal.

12. O Conflito de Competência não pode ser oposto

- (A) de ofício, pelo juiz.
- (B) pelo Ministério Público.
- (C) pela parte, a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.
- (D) pela parte que ofereceu exceção declinatória de Foro.

13. Os incapazes têm capacidade para ser parte no processo, desde que representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores. Advindo conflito entre ambos, deve o juiz

- (A) remeter os autos do Ministério Público para atuar como substituto processual.
- (B) suspender o curso do processo, até que cesse o Poder Familiar, a Tutela ou a Curatela.
- (C) nomear Curador Especial.
- (D) destituir os pais do Poder Familiar, o Tutor ou Curador.

14. O réu, devidamente citado, apresentando contestação, mas verificando o juiz a incapacidade processual ou defeito de representação, deve

- (A) assinalar prazo razoável para a sanar o defeito e caso não haja a regularização, deverá declarar o réu revel.
- (B) intimá-lo pessoalmente, para regularizar os autos em 48 horas.
- (C) extinguir o processo sem resolução do mérito, por falta de pressuposto processual.
- (D) extinguir o processo sem resolução do mérito, por não cumprimento da regularização.

15. Nas Comarcas onde houver mais de uma vara, a propositura da ação se dá com
- a simples distribuição da ação, ficando interrompida a prescrição.
 - a distribuição da ação, mas a interrupção da prescrição somente se dá com a citação válida do réu, que deverá ocorrer até 90 dias após o despacho ordinatório e retroagir à data da distribuição da ação.
 - a simples propositura da ação não é causa interruptiva da prescrição e sim suspensiva.
 - a simples propositura da ação somente interrompe a prescrição, caso o réu seja citado no prazo de 10 dias, contados do despacho que ordenou a citação.
16. O réu poderá impugnar o valor da causa. A impugnação
- deverá ser argüida em contestação, e o juiz a apreciará por ocasião da prolação da sentença.
 - tem natureza de incidente e deverá ser oposta no prazo de contestação, ocasião em que o juiz suspenderá o processo e mandará ouvir o autor no prazo de 5 dias.
 - deverá ser oposta no prazo de contestação, será atuada em apenso e o juiz mandará ouvir o autor no prazo de 5 dias, sem suspender o processo, deverá decidir a impugnação no prazo de 10 dias.
 - será atuada em apenso, sem suspender o processo, o autor será ouvido no prazo de 15 dias, devendo o juiz decidir em igual prazo.
17. O incidente de falsidade documental tem cabimento em qualquer tempo e grau de jurisdição. É correto afirmar que
- poderá ser oferecido em contestação ou no prazo de 10 dias, por petição, contados da intimação da juntada aos autos do documento, suspendendo o processo principal.
 - poderá ser oferecido em contestação ou no prazo de 5 dias, por petição, contados da intimação da juntada aos autos do documento, suspendendo o processo principal.
 - o incidente de falsidade documental somente pode ser oposto em contestação e no prazo desta.
 - poderá ser oferecido em contestação ou no prazo de 10 dias, por petição, contados da intimação da juntada aos autos do documento, sem suspender o processo principal.
18. Na Execução Fiscal,
- a Fazenda Pública jamais poderá requerer a adjudicação dos bens penhorados.
 - a Fazenda Pública poderá requerer a adjudicação dos bens penhorados antes do leilão, desde que não tenham sido oferecidos embargos ou se estes forem rejeitados.
 - a Fazenda Pública poderá requerer a adjudicação dos bens penhorados, independentemente de embargos à execução.
 - a adjudicação dos bens penhorados à Fazenda Pública somente é cabível, caso não haja ofertantes na segunda praça ou leilão.
19. O Ministério Público somente tem legitimação para promover a Curatela dos Interditos
- quando se verificar anomalia psíquica de quem tem legitimação;
 - caso todos aqueles que detêm legitimação forem menores e incapazes;
 - caso aqueles que detêm legitimação não promoverem a interdição.
- São verdadeiras
- II e III, apenas.
 - I e II, apenas.
 - I, II e III.
 - I e III, apenas.
20. A Curadoria dos ausentes cessa
- pela abertura da sucessão definitiva;
 - pela certeza da morte do ausente;
 - pelo comparecimento do ausente, seu procurador ou quem o represente.
- São verdadeiras
- I e III, apenas.
 - I, II e III.
 - I e II, apenas.
 - II e III, apenas.
- DIREITO PENAL**
21. De acordo com regra da Parte Geral do Código Penal, a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, por embriaguez
- culposa, por álcool ou substância análoga, era inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito do ato.
 - completa, decorrente de força maior, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de comportar-se de acordo com esse entendimento.
 - proveniente de caso fortuito, não possuía, ao tempo da ação ou omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de comportar-se de acordo com esse entendimento.
 - preordenada, por álcool ou substância análoga, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de comportar-se de acordo com esse entendimento.
22. Com relação à pena de multa, considere as seguintes assertivas e assinale a alternativa que corresponde ao texto do Código Penal.
- Na hipótese de concurso de crimes, sua aplicação segue as regras do concurso formal, concurso material e crime continuado.
 - A situação econômica do réu é critério para sua fixação.
 - Sua prescrição dar-se-á em 2 (dois) anos, quando for a única cominada ou aplicada.
- Todas são erradas.
 - Apenas II é correta.
 - Apenas III é errada.
 - Apenas I é errada.

23. Considere as seguintes assertivas e assinale a alternativa que corresponde ao texto do Código Penal.
- Não se pune o aborto praticado por médico, se há consentimento da gestante e o feto é comprovadamente inviável.
 - Quando o aborto é provocado por terceiro com o consentimento da gestante, a pena para o terceiro é maior, se comparada à atribuída ao terceiro que o pratica sem consentimento.
 - A pena do aborto para a gestante é aumentada de um terço, se do ato lhe resulta lesão corporal de natureza grave.
- (A) Todas são erradas.
(B) Apenas I é correta.
(C) Apenas II é errada.
(D) Apenas III é correta.
24. Admite a figura culposa o crime de
- (A) dano (CP, art. 163).
(B) corrupção ou poluição de água potável (CP, art. 271).
(C) infração de medida sanitária preventiva (CP, art. 268).
(D) excesso de exação (CP, art. 316, § 1.º).
25. Considere as hipóteses a seguir e, de acordo com a maioria corrente doutrinária e jurisprudencial, assinale a que configura crime de quadrilha ou bando.
- (A) “A”, “B”, “C” e “D”, os três primeiros maiores, e o último com 16 (dezesesseis) anos, associam-se, em abril, para a prática de atos delituosos, combinando e planejando furtos a serem executados no mês de julho. Nenhum furto é realizado.
(B) “X”, “Y”, “Z” e “W”, todos maiores, conhecem-se dentro de um presídio. Planejam uma fuga, a ser perpetrada sem violência ou grave ameaça à pessoa. A execução se inicia, mas o fato não se consuma por circunstâncias alheias à vontade dos agentes.
(C) “M”, “N”, “O” e “P”, todos maiores, planejam e executam, mediante golpes de bastão, o homicídio de “R”.
(D) “E”, “F”, “G” e “H”, todos maiores, com habitualidade e estabilidade, cometem contravenção penal de explorar a loteria denominada jogo do bicho.
26. No que diz respeito aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que traz, apenas, crimes próprios no que concerne ao sujeito ativo.
- (A) Tráfico de influência; abandono de função; violação de sigilo funcional.
(B) Usurpação de função pública; prevaricação; peculato.
(C) Corrupção passiva; condescendência criminosa; advocacia administrativa.
(D) Favorecimento pessoal; concussão; violência arbitrária.
27. Aquele que oferece droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, está sujeito à pena de
- (A) medida educativa de comparecimento a programa e curso educativo e prestação de serviços à comunidade, apenas.
(B) advertência sobre os efeitos das drogas e prestação de serviços à comunidade, apenas.
(C) reclusão, de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.
(D) detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 28 da Lei n.º 11.343/06.
28. É crime hediondo nos termos do art. 1.º, da Lei n.º 8.072/90:
- (A) tráfico ilícito de entorpecentes.
(B) epidemia com resultado morte.
(C) terrorismo.
(D) tortura.
29. Com relação aos crimes definidos na Lei n.º 10.826/03, não admite a figura do artigo 14, II, do Código Penal, o de
- (A) omissão de cautela (art. 13, *caput*).
(B) comércio ilegal de arma de fogo (art. 17, *caput*).
(C) tráfico internacional de arma de fogo (art. 18).
(D) produzir munição sem autorização legal (art. 16, parágrafo único, VI).
30. É crime de preconceito, definido na Lei n.º 7.716/89,
- (A) impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso.
(B) ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.
(C) reduzir alguém à condição análoga à de escravo, submetendo-lhe a trabalhos forçados.
(D) impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos.

31. O princípio da publicidade

- (A) não tem aplicabilidade no direito processual penal brasileiro, visto que não está previsto na Constituição Federal.
- (B) é aquele que garante à imprensa acesso a todas as informações processuais, em nome do interesse público.
- (C) é regra geral no sistema processual do tipo acusatório.
- (D) manifesta-se claramente nos atos praticados durante a feitura do inquérito policial, em razão da natureza inquisitiva da referida peça informativa.

32. Determinada ação policial de busca e apreensão foi feita sem mandado judicial. Nesse caso, foi ferido o princípio

- (A) do estado de inocência.
- (B) *ne eat iudex ultra petita partium*.
- (C) da prova ilícita por derivação.
- (D) do *in dubio pro societatis*.

33. O recurso em sentido estrito

- I. tem cabimento da decisão que não receber a denúncia;
- II. na justiça estadual do Mato Grosso do Sul é julgado sempre pelo Tribunal de Justiça.
- III. em algumas hipóteses, previstas em lei, terá também o efeito suspensivo.

É correto o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

34. Assinale a alternativa que justifica corretamente qual o prazo para o ofendido ou o seu representante legal requerer a instauração de inquérito policial, quando o crime for de alçada privada.

- (A) O Código de Processo Penal não disciplina expressamente a respeito e, assim, entende-se que o direito de requerimento de instauração de inquérito policial deve ser exercido no mesmo prazo do direito de queixa, ou seja, 3 meses, contados da data dos fatos.
- (B) O Código de Processo Penal não disciplina expressamente a respeito e, assim, entende-se que o direito de requerimento de instauração de inquérito policial deve ser exercido no mesmo prazo do direito de queixa, ou seja, 6 meses, contados da data em que se souber quem foi o autor do crime.
- (C) O Código de Processo Penal dispõe expressamente que o direito de requerimento de instauração de inquérito policial deve ser exercido no prazo de 3 meses, contados da data dos fatos.
- (D) O Código de Processo Penal dispõe expressamente que o direito de requerimento de instauração de inquérito policial deve ser exercido no prazo de 6 meses, contados da data em que o crime ocorreu.

35. Nos moldes do art. 397 do CPP, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado, quando se verificar

- I. causa excludente de ilicitude;
- II. causa excludente de culpabilidade;
- III. extinção de punibilidade.

É correto o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

36. Podem ser consideradas sentenças de mérito para o processo penal

- (A) as sentenças absolutórias e condenatórias.
- (B) apenas as sentenças condenatórias.
- (C) apenas as sentenças absolutórias.
- (D) aquelas que transitarem em julgado para a acusação e para a defesa.

37. A *perpetuatio jurisdictionis* é aplicável

- (A) aos casos de conexão ou continência.
- (B) somente nos casos de conexão.
- (C) somente aos processos do Tribunal do Júri.
- (D) aos casos de competência funcional.

38. “A” foi condenado por crime de roubo. Todavia, após a prolação da sentença, veio aos autos a prova de que “A” é menor de 18 anos de idade. Nesse caso,

- (A) “A” deve ser absolvido por não constituir o fato infração penal.
- (B) “A” deve ser absolvido por ser inimputável.
- (C) deve ser anulada *ab initio* a ação penal, em razão da inimputabilidade do autor do fato.
- (D) “A” deve ter declarada extinta a punibilidade.

39. Leia as afirmações quanto ao acusado no processo penal brasileiro.

- I. O acusado, na relação jurídica processual, pode ser chamado de sujeito do processo.
- II. O acusado possui direitos no processo penal, entre eles: de ser processado e julgado por autoridade competente, à assistência jurídica gratuita no caso de não dispor de recursos e de não ser submetido à identificação criminal, quando civilmente identificado.
- III. O acusado será declarado revel e terá seu processo suspenso, sempre que não seja encontrado para a citação pessoal.

Está correto o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

40. A doutrina, de forma pacífica, entende que a apresentação tardia das razões de apelação constitui
- (A) mera irregularidade, não impedindo o conhecimento do apelo.
 - (B) nulidade do recurso.
 - (C) perempção do direito de defesa do acusado.
 - (D) intempestividade do recurso.

DIREITO CONSTITUCIONAL

41. Considerando a doutrina dominante do direito constitucional, analise as seguintes afirmativas a respeito da interpretação da Constituição.

- I. O princípio segundo o qual a interpretação da Constituição deve ser realizada a evitar contradição entre suas normas denomina-se princípio do efeito integrador.
- II. O princípio da harmonização é o que dispõe que o intérprete da norma constitucional não pode chegar a uma posição que subverta, altere ou perturbe o esquema organizatório-funcional constitucionalmente estabelecido pelo legislador constituinte originário.
- III. A concordância prática se traduz no princípio interpretativo pelo qual se exige a coordenação e a combinação dos bens jurídicos em conflito de forma a evitar o sacrifício total de uns em relação aos outros.
- IV. Entre as interpretações possíveis, deve ser adotada aquela que garanta maior eficácia, aplicabilidade e permanência das normas constitucionais: é o que assevera o princípio da força normativa da Constituição.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) III e IV.
42. O desmembramento de Município, conforme a Constituição Federal, far-se-á
- (A) por lei federal, dentro do período determinado por lei complementar estadual e dependerá de plebiscito, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
 - (B) por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerá de plebiscito, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
 - (C) por lei municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual e dependerá de referendo, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Estadual.
 - (D) por lei municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual e dependerá de plebiscito, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Federal.

43. Compete privativamente à União legislar sobre

- (A) organização da Defensoria Pública do Distrito Federal.
- (B) proteção à infância e à juventude.
- (C) direito penitenciário.
- (D) procedimentos em matéria processual.

44. Tendo em vista o disposto no texto constitucional vigente, assinale a alternativa correta a respeito dos Estados Federados.

- (A) Os Estados podem, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e micror-regiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (B) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- (C) O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados, não podendo ultrapassar o total de 94 Deputados.
- (D) Pertencem aos Estados vinte por cento do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados.

45. No que tange à organização constitucional do Poder Legislativo, é correto afirmar que

- (A) cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (B) compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, autorizar referendo e convocar plebiscito.
- (C) compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- (D) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta, exclusivamente, para inaugurar a sessão legislativa, receber o compromisso do Presidente da República e conhecer do veto e sobre ele deliberar.

46. Assinale a alternativa correta.

- (A) No recurso extraordinário, o recorrente deve demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, a fim de que o STF admita o recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação da maioria absoluta dos seus membros.
- (B) Quando o STF apreciar a inconstitucionalidade de norma ou ato, citará previamente o Procurador Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- (C) Compete ao STF julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- (D) O Advogado-Geral da União deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

47. Considerando as diversas formas de expressão da liberdade individual garantida pelo texto constitucional, é correto afirmar que

- (A) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, exigida apenas a prévia autorização da autoridade competente.
- (B) a prática do racismo constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
- (C) não haverá penas, entre outras, de morte, de caráter perpétuo, de interdição de direitos e de banimento.
- (D) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a decretação do perdimento de bens poderá ser estendida aos sucessores, até o limite do valor do patrimônio transferido.

48. Assinale a alternativa que contempla corretamente um direito ou garantia constitucional.

- (A) Garantia, na forma da lei, do direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas.
- (B) Direito de não ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade judiciária competente, mesmo no caso de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- (C) Garantia, na forma da lei, da gratuidade ao registro civil de nascimento, à certidão de óbito e às ações de *habeas corpus* e *habeas data*, exclusivamente àqueles que forem reconhecidamente pobres.
- (D) Garantia ao brasileiro, nato ou naturalizado, de que não será extraditado por crime comum.

49. Considerando o entendimento do STF, assinale a alternativa que representa situação de inconstitucional violação a algum tipo de sigilo protegido pela Constituição Federal de 1988.

- (A) Compartilhamento de informações e elementos, licitamente obtidos, constantes dos autos do inquérito de investigação criminal para subsidiar procedimento administrativo disciplinar movido contra o parlamentar na Câmara dos Deputados, a pedido da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.
- (B) Juntada de comprovante de consulta a órgão de proteção ao crédito em processo judicial, tornando-a pública, com o propósito de impedir, modificar e extinguir direito da parte adversa no feito.
- (C) Quebra do sigilo telefônico por meio de gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, ou com sua autorização, sem ciência do outro, quando há investida criminosa deste último.
- (D) Quebra de sigilo bancário de membros do Congresso Nacional, por ordem decretada por Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no âmbito do inquérito policial instaurado contra deputados federais para apuração de crime eleitoral.

50. Tendo em vista o que estabelece a Constituição Federal sobre direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores, assinale a alternativa correta.

- (A) É direito fundamental do trabalhador assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até sete anos de idade em creches e pré-escolas.
- (B) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- (C) Nas empresas com mais de cem empregados é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- (D) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, inclusive o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público, porém, a interferência e a intervenção na organização sindical.

51. De acordo com o entendimento pacífico da doutrina, há um princípio que não tem substância, é considerado um princípio adjetivo (instrumental), que destoa dos demais por ser um princípio-meio e não um princípio-fim. O princípio-meio mencionado é o da
- (A) eficiência.
 - (B) finalidade.
 - (C) publicidade.
 - (D) moralidade.
52. São atributos do ato administrativo:
- (A) imperatividade e vinculação.
 - (B) discricionariedade e imperatividade.
 - (C) imperatividade e executoriedade.
 - (D) executoriedade e motivação.
53. Sobre o controle dos atos administrativos discricionários pelo Poder Judiciário, é correto afirmar que
- (A) não poderá ser revisto, mas poderá ser anulado.
 - (B) poderão ser apreciados apenas os aspectos de legalidade do ato.
 - (C) é possível a apreciação do mérito da decisão administrativa.
 - (D) o juiz pode pronunciar-se sobre a conveniência e oportunidade do ato, mesmo que não seja pela ótica da legalidade.
54. Os bens dominicais
- (A) podem ser alienados por meio de institutos privados.
 - (B) são afetados a uma finalidade pública específica.
 - (C) são aqueles que pertencem a todos, como por exemplo, mares e praças.
 - (D) não podem ser alienados, seja por meio de institutos privados ou públicos.
55. Ao contrário dos contratos celebrados entre entes privados, a Administração não fica em posição igualitária e pode modificar, rescindir unilateralmente os contratos, fiscalizar a sua execução, reter créditos etc. Essas prerrogativas são doutrinariamente chamadas de cláusulas contratuais
- (A) instáveis.
 - (B) imprevisíveis.
 - (C) desequilibradas.
 - (D) exorbitantes.
56. A Ordem dos Advogados do Brasil é classificada administrativamente como
- (A) autarquia fundacional.
 - (B) associação de classe.
 - (C) autarquia corporativa.
 - (D) sociedade de economia mista.
57. É correto afirmar que
- (A) a União possui competência privativa para declarar a utilidade pública nos casos de desapropriação.
 - (B) a União possui competência privativa para legislar sobre desapropriação.
 - (C) os Estados possuem competência privativa para legislar sobre desapropriação.
 - (D) o Município possui competência privativa para legislar e para declarar a utilidade pública nos casos de desapropriação.
58. Sobre a responsabilidade do Estado, é correto afirmar que
- (A) é sempre subjetiva.
 - (B) a ação regressiva contra o funcionário, nas hipóteses de dolo ou culpa, é faculdade do Estado.
 - (C) não responde o Estado por atos legislativos, ainda que feitas com visível desvio de poder.
 - (D) o Estado responde por atos lícitos e ilícitos.
59. As restrições administrativas ao direito de propriedade
- (A) são específicas.
 - (B) não devem ser indenizadas.
 - (C) são inconstitucionais.
 - (D) são distintas do tombamento.
60. É correto afirmar que o procedimento licitatório
- (A) nunca é dispensável.
 - (B) realizado por convite garante à Administração a escolha do número de licitantes.
 - (C) não pode ser realizado por pregão.
 - (D) inicia-se com o exame e classificação das propostas e termina com a homologação.

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS
DA DEFENSORIA PÚBLICA

61. Tendo em vista o que disciplina a Constituição Federal a respeito da Defensoria Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Defensoria Pública é instituição auxiliar à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa dos necessitados, na forma da lei.
- II. Lei complementar organizará a Defensoria Pública dos Estados, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e da vitaliciedade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- III. Às Defensorias Públicas da União e dos Estados são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- IV. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, excluídos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos da Defensoria Pública, ser-lhe-ão entregues, em duodécimos, até o dia 20 de cada mês.

Pode-se afirmar que

- (A) apenas III está correta.
- (B) apenas IV está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) nenhuma afirmativa está correta.

62. Assinale a alternativa que está de acordo com o que dispõe a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul.

- (A) Para cada dois cargos da carreira da Magistratura de primeiro grau do Estado, haverá um cargo correspondente na carreira da Defensoria Pública.
- (B) A Defensoria Pública tem por Chefe o Procurador-Geral da Defensoria Pública, nomeado pelo Governador do Estado dentre os integrantes da classe final da carreira, escolhido em lista tríplice, elaborada por meio de votação, pelos membros da carreira em efetivo exercício, para o mandato de três anos, permitida uma recondução.
- (C) A destituição do Procurador Geral da Defensoria Pública, por iniciativa do Governador, antes do término do mandato, deverá ser precedida de autorização votada pela maioria absoluta da Assembléia Legislativa, que poderá, a qualquer tempo, por igual *quorum*, destituí-lo.
- (D) O Defensor Público terá promoção voluntária de entrância para entrância e da última para Procurador da Defensoria Pública, alternadamente, por antiguidade e merecimento, esta através de lista sêxtupla elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.

63. A Lei Complementar n.º 111/2005 criou o Fundo Especial para o Aperfeiçoamento e o Desenvolvimento das Atividades da Defensoria Pública. Segundo a Lei, esse Fundo

- (A) será administrado por um Conselho Administrativo composto de oito membros da carreira, sob a presidência do Defensor Público-Geral.
- (B) terá como uma das suas fontes de receitas as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas.
- (C) não poderá receber doações de pessoas jurídicas estrangeiras.
- (D) terá o saldo verificado no final de cada exercício automaticamente devolvido para o Tesouro Estadual.

64. Tendo em vista o disposto na Lei Complementar n.º 111/2005, propor normas e procedimentos para a organização dos serviços e de desempenho das funções dos membros da Defensoria Pública compete ao

- (A) Corregedor-Geral da Defensoria Pública.
- (B) Defensor Público-Geral do Estado.
- (C) Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (D) Colégio de Defensores Públicos de 2.ª Instância.

65. No que se refere à garantia do Defensor Público, é correto afirmar que

- (A) após três anos de efetivo exercício, será considerado estável na carreira e somente poderá ser demitido por sentença judicial transitada em julgado.
- (B) os mandados de segurança contra atos do Defensor Público-Geral do Estado e do Corregedor-Geral da Defensoria Pública serão processados e julgados, originariamente, pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- (C) nos crimes comuns e de responsabilidade, o Defensor Público será processado e julgado, originária e respectivamente, pelo juiz de primeira instância e pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- (D) a prisão ou detenção de membro da Defensoria Pública, em qualquer circunstância, será imediatamente comunicada ao Corregedor-Geral da Defensoria Pública, e só será efetuada em sala ou prisão especial, à disposição de autoridade judiciária competente.

66. São prerrogativas do membro da Defensoria Pública, dentre outras que lhe sejam conferidas por lei, ou que forem inerentes ao seu cargo, as seguintes:

- (A) ter nos edifícios dos fóruns, tribunais, delegacias de polícia e presídios do Estado, salas privativas, condignas e permanentes, das quais somente poderá ser removido com a prévia anuência do Governador.
- (B) ingressar e transitar livremente nas salas de sessões dos tribunais, mesmo além dos limites que separam a parte reservada aos magistrados.
- (C) receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, pela entrega dos autos com vista, contando-se-lhe em quádruplo todos os prazos.
- (D) não ser preso, senão por ordem judicial escrita, mesmo em caso de flagrante de crime inafiançável.

67. Aos membros da Defensoria Pública é vedado

- (A) exercer a advocacia fora das atribuições institucionais, exceto na hipótese em que seja parte.
- (B) exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, inclusive como quotista ou acionista.
- (C) manifestar-se, por qualquer meio de comunicação, sobre assunto pertinente ao seu ofício, salvo quando autorizado pelo Defensor Público-Geral.
- (D) exercer, em qualquer hipótese, atividade político-partidária.

68. Assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Lei n.º 1.060/50.

- (A) Gozarão dos benefícios dessa Lei os nacionais ou estrangeiros, residentes no país, que necessitarem recorrer à Justiça penal, civil ou do trabalho, excluída a Justiça Militar.
- (B) A parte que pretender gozar os benefícios da assistência judiciária requererá ao Juiz competente lhes conceda, mencionando, na petição, o rendimento ou vencimento que percebe e os encargos próprios e os da família.
- (C) A impugnação do direito à assistência judiciária não suspende o curso do processo e será feita nos mesmos autos do processo principal.
- (D) Se o assistido puder atender, em parte, as despesas do processo, o Juiz mandará pagar as custas que serão rateadas entre os que tiverem direito ao seu recebimento.

69. Não é motivo para a recusa do mandato pelo advogado designado ou nomeado com assistência jurídica gratuita ao necessitado:

- (A) ter necessidade de se ausentar da sede do juízo para atender a outro mandato anteriormente outorgado ou para defender interesses próprios inadiáveis.
- (B) já haver manifestado por escrito sua opinião contrária ao direito que o necessitado pretende pleitear.
- (C) haver dado à parte contrária parecer escrito sobre a contenda.
- (D) ter sido procurador da parte contrária em processo findo ou ter com ela relações de amizade pessoal.

70. É defeso ao membro da Defensoria Pública exercer suas funções em processo ou procedimento

- (A) em que houver dado à parte contrária parecer verbal ou escrito sobre o objeto da demanda.
- (B) no qual haja postulado como representante particular de cônjuge de uma das partes.
- (C) em que tenha relação de amizade pessoal com o magistrado, membro do Ministério Público, autoridade policial, escrivão de polícia ou auxiliar de justiça ligados ao processo.
- (D) em que for interessado cônjuge ou convivente, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau.

71. Considerando a competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A Justiça do Trabalho adquiriu, com a Ementa Constitucional 45, competência para apreciação, também, das lides decorrentes das relações de consumo, acidentárias, tributárias, administrativas e criminais, sempre que houver alguma vinculação da pretensão com o trabalho humano.
- (B) Já existia, anteriormente à modificação da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional 45, a previsão da competência para julgar lides decorrentes de uma relação específica de consumo, entre o empregado operário ou artífice, bem como de trabalhadores de todas as modalidades de vinculação jurídica.
- (C) A Justiça do Trabalho teve sua competência material gradativamente ampliada, e hoje, além de tê-la fixada segundo as antigas disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, acresceu todas as ações que envolvam a matéria alusiva a greve, inclusive de servidores públicos, conforme entendimento da Suprema Corte.
- (D) À Justiça do Trabalho compete o julgamento de todas as controvérsias decorrentes de relação de trabalho, tanto individuais como coletivas, excluídas as ações penais, as que envolvam servidores públicos estatutários e as de caráter jurídico-administrativo.

72. Assinale a alternativa correta.

- (A) A prescrição trabalhista só se interrompe pela distribuição de reclamação trabalhista com a identificação correta da causa de pedir, não admitindo medidas cautelares interruptivas de prescrição.
- (B) Ações trabalhistas não prescrevem. Somente créditos trabalhistas é que se sujeitam à prescrição da pretensão, mas estão sujeitos às causas interruptivas de prescrição, previstas na legislação civil.
- (C) Há previsão constitucional e legal de prescrição total e parcial dos créditos trabalhistas e estes se sujeitam aos mesmos prazos prescricionais de dois anos após a cessação do contrato de trabalho.
- (D) A distinção teórica entre prescrição e decadência, no âmbito do processo do trabalho, não tem qualquer relevância prática, de modo que não produz efeito algum nas lides judiciais trabalhistas.

73. Sobre as expressões “relação de trabalho” e “relação de emprego”, assinale a alternativa correta.

- (A) A relação de trabalho é gênero do qual a relação de emprego é espécie. Além da relação de emprego, são também formas de relação de trabalho o trabalho autônomo, o eventual, o avulso, o estágio, entre outros.
- (B) Relação de trabalho sempre foi utilizada como sinônimo de relação de emprego, presumindo a ocorrência de trabalho pessoal, subordinado, sob dependência econômica e habitual.
- (C) Pode haver relação de trabalho entre pessoas jurídicas, embora jamais seja possível uma relação de emprego entre pessoas jurídicas, dada a imprescindibilidade de existência de personalidade na relação de emprego.
- (D) A relação de emprego não admite sazonalidade, pois pressupõe continuidade, característica que se eleva, inclusive, à condição de princípio do Direito do Trabalho.

74. Considere o texto que segue e assinale a alternativa correta.

Um trabalhador contrata com seu empregador a redução das horas de trabalho, com redução proporcional de salário, declarando, ainda, a ausência de prejuízo, na medida em que foram mantidos os valores por hora, a despeito de o pagamento ser mensal. Na situação anterior, mantinha jornada prorrogada por acordo de 8:48 horas diárias. Tais jornadas foram reduzidas a 5 horas diárias, considerando a necessidade do trabalhador de dispor desse tempo para cursar pós-graduação.

- (A) O acordo individual, considerando a inexistência de redução salarial pela base horária e a anuência do empregado, é válido e eficaz, merecendo ser respeitado em caso de questionamento judicial.
- (B) Somente mediante acordo coletivo é que se poderia fixar essa redução de jornada, e sem redução proporcional do salário, pois esta seria inválida por ferir o artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- (C) O ajuste viola o inciso VI do artigo 7.º da Constituição da República, bem como o princípio da inalterabilidade lesiva das condições contratuais, pouco importando a anuência do empregado.
- (D) A duração do trabalho e a remuneração são matérias de ordem pública, não podendo, sob hipótese alguma, serem objeto de modificação das condições contratadas originalmente.

75. Acerca das férias, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o empregador não respeita o período concessivo de férias e impede a fruição no prazo regular, fica obrigado a concedê-las em dobro, ampliando o período de descanso do trabalhador.
- (B) As férias dos trabalhadores de idade superior a 50 (cinquenta) anos de idade sujeitam-se a um regime especial, no qual há um acréscimo remuneratório superior ao dos trabalhadores mais jovens.
- (C) Com a promulgação, vigência e eficácia da Convenção 132 da Organização Internacional do Trabalho, houve modificações quanto à contagem dos dias e fracionamento das férias.
- (D) Considerando que dizem respeito à saúde do trabalhador, as férias constituem um direito que não se sujeita a prescrição, admitindo a cobrança a qualquer tempo.

76. Assinale a alternativa correta.

- (A) A saúde e segurança do trabalho podem ser objeto de regulamentação por portarias ministeriais do Ministro do Trabalho e tais normas adquirem imediata obrigatoriedade para todos os empregadores.
- (B) É obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) em todas as empresas com mais de dez trabalhadores empregados, segundo instruções do Ministério do Trabalho e Emprego.
- (C) Os titulares e suplentes de representação da CIPA são sempre titulares de estabilidade no emprego, não podendo ser dispensados senão pela prática de ato que configure justa causa para despedimento.
- (D) Por sua natureza, as normas de segurança, saúde e higiene do trabalho não admitem flexibilização, negociação coletiva, disponibilidade, obrigando o cumprimento a todas as empresas, independentemente do porte ou da atividade.

77. No que tange aos recursos no processo trabalhista, é correto afirmar:

- (A) Considerando o princípio do duplo grau de jurisdição, sempre será possível interpor recurso ordinário no processo trabalhista.
- (B) Os recursos trabalhistas não têm efeitos suspensivo, translativo, substitutivo, extensivo ou regressivo, porque são dotados apenas de efeito devolutivo.
- (C) Todos os recursos têm, sempre, o prazo único de oito dias, fixado pela Lei n.º 5.584/1970, independentemente de sua espécie ou natureza.
- (D) O recurso de revista tem hipóteses limitadas de cabimento e não se destinam a corrigir *error in iudicando* na apreciação dos fatos e provas.

78. Assinale a afirmação correta.

- (A) Os trabalhadores domésticos não sofrem prescrição de suas pretensões, pois o inciso XXIX do art. 7.º da Constituição Federal não está listado entre os incisos aplicáveis aos domésticos e o artigo 11 a eles não se aplica, diante do artigo 7.º, “a”, da CLT.
- (B) Empregados domésticos não têm direito à limitação da jornada de trabalho, não recebem adicional noturno, não estão abrangidos pelo regime da CLT e foram contemplados apenas com nove incisos do rol dos direitos constitucionais dos trabalhadores.
- (C) Motoristas não podem ser considerados trabalhadores domésticos, pois não trabalham para o âmbito do lar e essa é a condição essencial para a configuração do trabalho doméstico, segundo as disposições da Lei n.º 5.859/1972.
- (D) O exercício de alguma atividade econômica na residência do empregador desnatura a condição de trabalho doméstico, pois é imprescindível que o empregador não exerça atividade econômica com ânimo de lucro, mas se houver prejuízo mantém-se a condição de doméstico.

79. Sobre o tema estabilidade, indique a alternativa correta.

- (A) Desde a Constituição Federal, não vigora mais o regime de estabilidade no emprego no Brasil, substituído, definitivamente, pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Por lei, há diversas estabilidades provisórias.
- (B) Temos diversas espécies de estabilidades, provisórias e definitivas, contratuais e legais, normativas e judiciais, sempre permitida a dispensa, desde que devidamente indenizada.
- (C) O empregado estável pode ser dispensado, mas o pagamento das verbas rescisórias deverá ser dobrado, como indenização pelo descumprimento da cláusula de estabilidade.
- (D) É impossível a dispensa arbitrária do empregado pelo empregador, e se assegura à gestante e ao titular de representação de empregados na CIPA, além do dirigente sindical, uma estabilidade provisória absoluta.

80. Assinale a alternativa correta.

- (A) Tratando-se de feito trabalhista sujeito ao procedimento sumaríssimo, a emenda à inicial é possível, desde que o Juiz abra prazo para tanto, na forma do artigo 284 do CPC, aplicável ante o silêncio da lei específica.
- (B) No procedimento sumaríssimo, não se admite a citação do réu por edital, nem tampouco o réu pode ser empresa pública ou sociedade de economia mista, já que integram a administração pública indireta.
- (C) Indispensável que, no processo de rito sumaríssimo, o pedido seja determinado, líquido e certo e não pode superar o equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos, limite econômico máximo da ação sujeita a tal rito.
- (D) O procedimento sumaríssimo limita o recurso na Justiça do Trabalho, consistindo em procedimento de alçada única, exceção feita à violação da Constituição Federal, que desafia recurso extraordinário.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

81. Não é segurado obrigatório da Previdência Social:

- (A) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
- (B) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que vinculado a regime próprio de previdência social.
- (C) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.
- (D) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.

82. Assinale a alternativa correta.

- (A) Não é segurado obrigatório quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.
- (B) A perda da qualidade do segurado retido ou recluso após o livramento se dá depois de 13 meses e 15 dias.
- (C) O segurado em gozo de benefício não mantém a qualidade de segurado.
- (D) O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que volta a exercer atividade remunerada não é segurado obrigatório, em face da aposentadoria.

83. Segundo a Lei n.º 8.213/91, não é equiparado(a) ao acidente do trabalho:

- (A) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.
- (B) a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade.
- (C) o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho.
- (D) o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho, na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.

84. Assinale a alternativa correta.

- (A) Não é acumulável aposentadoria com salário-família.
- (B) Face a sua extinção, não se pode mais deferir o abono de permanência em serviço.
- (C) Se o segurado recolheu, tempestivamente, as contribuições, o tempo de serviço usado no Regime Geral pode ser usado no serviço público.
- (D) Existem treze doenças que dispensam o período de carência.

85. Assinale a alternativa que contém os benefícios aos quais se aplica o fator previdenciário.

- (A) Aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria por idade.
- (B) Aposentadoria especial e aposentadoria por invalidez.
- (C) Aposentadoria por tempo de contribuição e auxílio-doença comum.
- (D) Aposentadoria do professor e auxílio-acidente.

86. A idade máxima do dependente para gerar o salário-família é:

- (A) 12 anos.
- (B) 14 anos.
- (C) 16 anos.
- (D) 18 anos.

87. O benefício assistencial do idoso previsto na Lei Orgânica da Assistência Social

- (A) dá direito ao abono anual.
- (B) gera pensão por morte.
- (C) exige idade mínima de 65 anos.
- (D) exige contribuição.

88. O auxílio-reclusão
- (A) é benefício de segurado obrigatório.
 - (B) é devido mesmo diante da evasão da prisão.
 - (C) depende, no mínimo, de doze contribuições.
 - (D) independe de atividade laboral na prisão.
89. Quem tem o poder de declarar o Nexo Técnico Epidemiológico é
- (A) o serviço médico do empregador.
 - (B) o sindicato da categoria.
 - (C) a perícia médica do INSS.
 - (D) o médico do segurado.
90. Assinale a alternativa correta.
- (A) Em face do princípio da equivalência urbano-rural, a idade da aposentadoria por idade é igual à do urbano.
 - (B) Para fazer jus à aposentadoria especial é preciso provar a incapacidade para o trabalho em perícia médica do INSS.
 - (C) A pensão por morte não pode ser cumulada com a aposentadoria.
 - (D) Pode o empregador requerer a aposentadoria compulsória de seu empregado.

DIREITOS HUMANOS

91. Quando se fala em Direitos Humanos, considerando sua historicidade, é correto dizer que
- (A) somente passam a existir com as Declarações de Direitos elaboradas a partir da Revolução Gloriosa Inglesa de 1688.
 - (B) foram estabelecidos, pela primeira vez, por meio da Carta Magna de 1215, que é a expressão maior da proteção dos Direitos do Homem em âmbito universal.
 - (C) a concepção contemporânea de Direitos Humanos foi introduzida, em 1789, pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, fruto da Revolução Francesa.
 - (D) a internacionalização dos Direitos Humanos surge a partir do Pós-Guerra, como resposta às atrocidades cometidas durante o nazismo.
92. Com relação ao Tribunal Penal Internacional, é correto afirmar que
- (A) a competência do Tribunal restringir-se-á ao julgamento dos crimes de genocídio e crimes contra a humanidade.
 - (B) o Tribunal não terá jurisdição sobre pessoas que, à data da alegada prática do crime, não tenham ainda completado 21 anos de idade.
 - (C) os crimes da competência do Tribunal não prescrevem.
 - (D) o Tribunal só terá competência relativamente aos crimes cometidos após 17.07.1998, data da sua criação.

93. Quanto aos direitos civis contidos na Convenção Americana de Direitos Humanos, esta estabelece que
- (A) nos países em que não houverem abolido a pena de morte, esta só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com a lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de o delito ter sido cometido.
 - (B) ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório, exceto em decorrência de crime considerado hediondo pela legislação do país que adotar punição específica para essa modalidade de crime, não podendo, porém, a respectiva pena ultrapassar 30 anos de reclusão.
 - (C) ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio, porém, não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar ou do depositário infiel.
 - (D) todas as pessoas têm o direito de associar-se livremente com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza, não podendo o Estado restringir ou suprimir o exercício do direito de associação aos membros das forças armadas e da polícia.
94. Insculpem-se dentre os princípios que o Brasil se rege, no que respeita às suas relações internacionais, os seguintes:
- (A) autodeterminação dos povos, solução pacífica dos conflitos e garantia do desenvolvimento internacional.
 - (B) autodeterminação dos povos, defesa da paz e concessão de asilo político.
 - (C) defesa da paz, não-intervenção e repúdio ao partidarismo.
 - (D) autodeterminação dos povos, igualdade entre os Estados e repúdio ao imperialismo.
95. O Pacto de San José da Costa Rica garante direitos políticos e oportunidades de participação política ao cidadão. Segundo esse instrumento jurídico, o exercício de tais direitos e oportunidades poderá ser regulado pela lei, exceto por motivo de
- (A) instrução.
 - (B) residência.
 - (C) idioma.
 - (D) capacidade intelectual.
96. No Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a proteção internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais veio a ser concretizada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 1988, por meio do seguinte instrumento jurídico:
- (A) Convenção de Cartagena.
 - (B) Protocolo de San Salvador.
 - (C) Pacto de San José da Costa Rica.
 - (D) Declaração de Lima.

- 97.** Considerando a evolução histórica, os marcos jurídicos fundamentais e a estrutura normativa dos Direitos Humanos, pode-se afirmar que
- (A) a globalização dos direitos humanos forçou os Estados a escolherem entre um sistema global e um regional de proteção a esses direitos, uma vez que ambos sistemas não podiam coexistir.
 - (B) os indivíduos passaram a ser sujeitos de direito internacional, mas, por razões de soberania, ainda dependem dos Estados para acionar os mecanismos de proteção dos direitos humanos.
 - (C) a Declaração Universal dos Direitos Humanos introduziu internacionalmente a concepção contemporânea desses direitos.
 - (D) a vítima de uma lesão dos direitos humanos deverá acionar em sua proteção, nessa ordem, o sistema jurídico nacional, depois o regional e, por último, o global, em razão da hierarquia da estrutura normativa de proteção.
- 98.** O Pacto de San José da Costa Rica prevê a existência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que poderá apreciar “petições que contenham denúncias ou queixas de violação” dos direitos declarados (art. 44), sendo que tais denúncias podem ser oferecidas
- (A) por qualquer pessoa ou entidade não governamental.
 - (B) por qualquer pessoa ou entidade governamental.
 - (C) por qualquer pessoa interessada, e aquelas formuladas por pessoa jurídica de qualquer natureza dependem da anuência do plenário da Comissão.
 - (D) por qualquer pessoa ou entidade governamental e não governamental.
- 99.** A Corte Interamericana de Direitos Humanos
- (A) é composta por doze juízes.
 - (B) terá casos submetidos à sua decisão somente pelos Estados-parte ou pela comissão Interamericana de Direitos Humanos.
 - (C) terá suas decisões ratificadas ou reformadas pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos como órgão recursal.
 - (D) poderá ter até dois juízes da mesma nacionalidade, não podendo, porém, tais juízes atuarem, simultaneamente, em casos que envolvam partes originárias de seu país.
- 100.** A Convenção que faz parte do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e que foi assinada em Belém do Pará é a Convenção Interamericana
- (A) para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.
 - (B) para Prevenir e Punir a Tortura.
 - (C) contra a Corrupção.
 - (D) sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial.

